

## **Patrimônio negado. Memórias do “exílio” de trabalhadores rurais da fazenda Amália/SP (1966)<sup>1</sup>**

*Maria Aparecida de Moraes Silva*

*O que fizeram dessas casas onde vocês moravam lá na Fazenda Amália?*

*Foi tudo demolido. Derrubou tudo. Não ficou uma. De vez em quando a gente vai lá buscar banana, manga, que ainda tem lá a casa do administrador. Nessa Seção restaram dois grupos de casa, o mais foi tudo no chão e tudo virou cana. E lá era grande, hein! Foi tudo demolido. Não ficou uma em pé (Maria Aparecida, ex-moradora da fazenda Amália).*

### **Resumo:**

Com base numa extensa pesquisa em fontes documentais e orais, desenvolvida no período de 1997 a 1999, nos municípios paulistas - Santa Rosa de Viterbo, Barrinha e Leme -, constatou-se que no ano de 1966, durante o período da ditadura militar, houvera uma greve de trabalhadores rurais na Fazenda Amália, então pertencente à família Matarazzo, cujo desfecho foi a expulsão de 4 mil famílias de moradores das várias seções da fazenda. Objetiva-se neste texto discutir os efeitos do processo de desenraizamento sócio-cultural, provocado por essa expulsão no contexto das relações sociais doravante instauradas na agricultura paulista, por meio do surgimento do trabalhador, cognominado “bóia-fria”. A expulsão, ao implicar na perda da morada – casa, animais de pequeno porte, hortas, além das relações de sociabilidade – constituiu-se na negação do patrimônio cultural e das relações de pertença ao lugar. As medidas adotadas pela fazenda, portanto, não afetaram apenas a perda do trabalho, como também solapou as bases da identidade social dos atingidos. A metodologia da pesquisa baseou-se no levantamento de dados dos processos trabalhistas no Fórum de Santa Rosa de Viterbo, em coleta de fotos cedidas pelos depoentes e entrevistas com homens e mulheres que, após a expulsão foram residir nas cidades de Barrinha e Leme, na condição de “bóias-frias”.

Palavras chave: Trabalhadores Rurais; Patrimônio Cultural; Expropriação.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela FAPESP e CNPq.

No mês de janeiro de 1997, iniciou-se uma pesquisa visando ao estudo da reconstrução do processo da memória de trabalhadoras e trabalhadores rurais na cidade de Santa Rosa de Viterbo/SP. A escolha desta cidade deveu-se ao fato de que se tinha conhecimento prévio da existência da Fazenda Amália, pertencente ao Conde Matarazzo, que possuía uma área de 11.000 alqueires e se dedicava às atividades açucareiras desde a década de 1940. Uma outra informação era de que, nos finais dos anos de 1960, havia sido iniciado o processo de demolição das casas dos trabalhadores residentes, em razão da dispensa de milhares de pessoas<sup>2</sup>.

À medida que as entrevistas foram se desenrolando, um acontecimento se revelou como o condutor para a descoberta de um mundo subterrâneo: a greve de 1966. Segundo os primeiros depoimentos, este acontecimento havia transformado a vida das pessoas naquela cidade, pois na fazenda Amália, trabalhavam não apenas os trabalhadores rurais, espalhados pelas 21 seções<sup>3</sup>, como também os operários da Usina e demais indústrias do gigantesco complexo agro-industrial. Pode-se dizer que, a quase totalidade dos empregos era fornecida por esta empresa, denominada, inicialmente de Fazenda Amália.

A partir de 1966, com a dispensa de milhares de trabalhadores deste complexo, motivada pela greve, a situação de Amália - denominação dada à empresa - e também da cidade de Santa Rosa de Viterbo havia se transformado, pois em virtude da demissão, milhares de trabalhadores rurais e operários foram obrigados a emigrar para outras cidades da região, como Barrinha e Leme, ou mesmo alhures. Enquanto algumas pessoas se mostravam abertas a falar sobre este acontecimento, outras, no entanto, evitavam-no, por meio do silêncio e medo. Muitas delas, apesar de decorridas mais de três décadas, silenciavam sobre este episódio, manifestando medo às possíveis represálias em relação a parentes próximos, que ora trabalham numa das fábricas, resultantes do desdobramento do antigo complexo.

No que tange à documentação sobre a greve, foram levantados os processos judiciais no Fórum de Santa Rosa de Viterbo e São Simão (nesta cidade, foram localizados 86 processos). Não foram encontradas quaisquer outras fontes escritas sobre esse fato. Tornou-se possível perceber que a greve fora um marco em suas histórias de vida. Ela se constituía no elemento das experiências forjadas pela ação da empresa, cujo intuito era a dispensa em massa de milhares de pessoas, numa época de profundas transformações das relações de produção da agricultura.

A fim de poder captar a dimensão deste processo, foram necessárias duas estratégias concomitantes: encontrar os depoentes que pudessem falar sobre a greve - capazes de romper

---

<sup>2</sup> Estas informações foram fornecidas por José de Oliveira Moraes, irmão da autora deste trabalho. Em 1970, ao prestar serviços de terraplanagem na fazenda Amália, ele tomou conhecimento da demolição das casas dos empregados em diversas seções.

<sup>3</sup> As seções correspondiam às divisões das colônias de trabalhadores da fazenda. Cada seção possuía uma sede, habitada e controlada por um administrador.

com a barreira do silêncio - e a leitura dos processos. Durante uma das visitas ao Sindicato da Indústria e Alimentação, um dos sindicalistas presentes disse que boa parte dos trabalhadores expulsos da fazenda Amália tinha ido residir em Leme-SP, no bairro de Santa Rita, por volta dos anos de 1970.

Esta informação foi de suma importância, pois, mediante o contato com antigos trabalhadores da Amália em Leme, tornou-se possível o desvelamento desta realidade escondida, indizível por muitos moradores que vivem hoje em Santa Rosa. Afastados da área de poder do grupo Matarazzo e de seus substitutos, eles falaram livremente, espontaneamente sobre o que consideram o “inferno” de suas vidas, o período em que foram obrigados a esperar pela decisão judicial - até 05 anos - após a dispensa. Foi um tempo não de espera, mas de desespero, já que foram proibidos de trabalhar. Uma depoente afirmou que, a greve havia durado 05 anos. Na realidade, ela durou apenas 06 dias. A **conversão de 06 dias em 05 anos** refere-se ao tempo em que toda sua família morou na fazenda, mas não tinha direito ao trabalho. Este tempo - forjado pela humilhação, fome, miséria, medo, proibição de trabalhar -, é confundido em sua memória como todo o tempo da greve, no qual, “todo mundo parou”. As relações de poder, advindas da dominação de caráter pessoal, centradas na figura do Conde Matarazzo, ficaram expressas nos relatos, tanto daqueles que foram **exilados**<sup>4</sup>, como daqueles que permaneceram em Santa Rosa. Pelos relatos orais, foi possível descobrir a realidade do mundo do trabalho de Amália. Foi possível conhecer o sistema de “feixe”,<sup>5</sup> adotado na fase anterior à modernização das usinas desta região, no bojo de relações de trabalho, que se assemelhavam ao colonato, os “títulos” e, mais importante, ainda, o processo de expropriação e transformação destes trabalhadores em bóias-frias. Portanto, outra história foi, aos poucos, emergindo por meio dos relatos de ex-moradores em Leme e em Barrinha.

Um acontecimento importante a ser relatado, refere-se àquele ocorrido na cidade de Leme, qual seja, a “descoberta” da Folia de Reis, cujos integrantes ou eram originários da Folia de Reis da fazenda Amália ou então, seus descendentes. Este grupo se constituía na forma de resistência ao desenraizamento social e cultural imposto e, portanto, na conservação do patrimônio cultural e imaterial daquele grupo social. Com o intuito de recompor o quadro social da memória, organizou-se um álbum de fotografias cedidas pelos depoentes, com imagens de pessoas, lugares e objetos do tempo em que viveram na fazenda. Como tão bem afirma a professora Miriam Moreira Leite, a imagem não fala por si mesma, é o pesquisador que faz com que ela fale. Neste caso, são duas falas interpretativas que decorrem das leituras das fotos: a dos depoentes e a dos pesquisadores. Produz-se uma agregação das falas. Como exemplo, pode-se citar a imagem refletida em várias

---

<sup>4</sup> Emprega-se o termo exílio em virtude do fato de que os trabalhadores expulsos, que participaram da greve e que moveram ações judiciais, não tiveram mais condições de encontrar trabalho na cidade ou nas fazendas e sítios próximos. Portanto, tratou-se de um verdadeiro exílio e não de uma migração rural-urbana.

<sup>5</sup> O sistema de “feixe” se reporta ao trabalho da família do colono, pelo qual o homem, chefe da família, recebia o título e os demais membros eram seus subordinados. A cana cortada pelos adultos era amontoada em pequenos feixes, amarrados com a palha da cana pelas crianças, antes de serem levadas até aos carros de boi e depois aos vagões dos trens que as transportavam para a usina.

fotos, nas quais, muitas pessoas estão frente às respectivas casas. A fala do depoente localiza no tempo e no espaço a foto, ao mesmo tempo em que relata sobre as pessoas ali fotografadas. A esta leitura, agrega-se a do pesquisador, apontado para outros detalhes, tais como: o vestuário das pessoas, o padrão das casas, a indicação da organização familiar, caracterizada pela presença de pessoas mais velhas, adultas e crianças e assim por diante.

As fotos apresentadas são de dois tipos: algumas em branco e preto, registrando momentos especiais, ocasião em que as pessoas estavam bem vestidas e preparadas para a foto. Como exemplo, as fotos em Aparecida do Norte. A outra situação mostra as pessoas nos locais de moradia e de trabalho, o que sugere, em alguns casos, a não preparação especial para a foto. Destes casos, faz parte uma foto em que muitas pessoas estão descalças numa estrada com muita lama, em frente a uma casa.

As cenas de casamentos, batizados, aniversários, reuniões de família, reuniões de companheiros (as) durante o trabalho são as mais comuns. A grande maioria das fotos foi produzida em espaços abertos, em razão da técnica fotográfica do momento. Também foram conseguidas fotos das Folias de Reis de Santa Rosa e de Leme. Fazem parte do álbum de fotografias, as imagens de alguns restos das casas demolidas após a greve de 1966<sup>6</sup>.

Feitas estas considerações gerais sobre a pesquisa, passa-se à descrição do espaço social da fazenda Amália para, em seguida, abordar a questão da destruição do patrimônio cultural dos trabalhadores.



Folia de Reis, formada por ex-trabalhadores da Fazenda Amália, em 1990 (foto cedida por um dos depoentes).

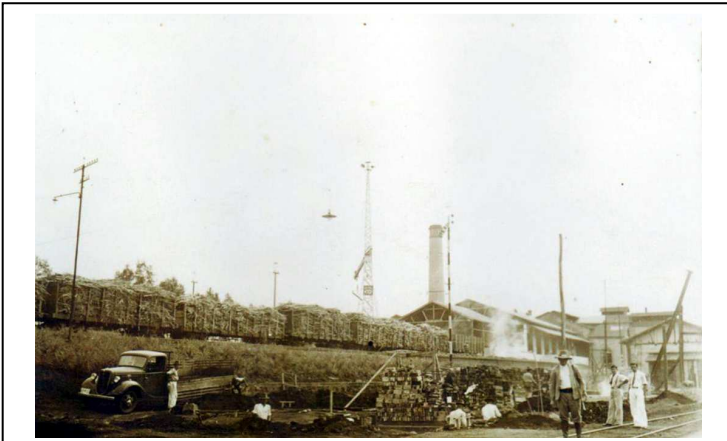
<sup>6</sup> Após o envio do relatório enviado a FAPESP, a revista FAPESP publicou uma matéria sobre a referida pesquisa, de autoria de Marcos Piveta. (Revista Fapesp, 2001, N. 61, p. 62-70).

## A Fazenda Amália



Década de 1940: vagões de cana chegando ao pátio da usina para moagem  
(Foto de João Rachetti, cedida por um depoente)

De acordo com as informações do livro *Matarazzo 100 Anos*, (publicado pela CLA), a Fazenda Amália, pertencente ao conde Francisco Matarazzo Júnior, foi adquirida por seu pai, nos anos de 1920. A Fazenda de 11.000 alqueires, situada no município de Santa Rosa de Viterbo (SP), na realidade, abrangia também os municípios de São Simão, Serra Azul, Cajuru e Tambaú. Esta fazenda pertencia a Henrique Santos Dumont e fora uma grande fazenda de café, no início do século XX. Aos poucos, este proprietário foi erradicando os cafeeiros e introduzindo a cultura da cana-de-açúcar. Logo em seguida, fora instalada a usina de açúcar e uma destilaria de álcool, dotadas de uma oficina mecânica e uma pequena ferrovia. Essa propriedade foi adquirida nos anos de 1.920, por uma sociedade que agrupava três grandes empresários de São Paulo: o conde Matarazzo, o conde Alexandre Siciliano e Francisco Schimidt. Em 1931, o conde Francisco Matarazzo Júnior, após receber do pai a parte da fazenda, desmanchou a sociedade existente, comprou as outras partes dos sócios. Segundo o depoimento da condessa Mariângela Matarazzo, o conde “adorava plantas, e gostava de tudo que era criação” (p. 83). Depois de se transformar no único proprietário, o conde transformou radicalmente a Amália. Além de remodelar a usina e a destilaria, implantou outras unidades industriais, tais como: fábrica de papelão, para utilizar o bagaço da cana; de ácido cítrico, processado por fermentação alimentada com melaço de cana; fábrica de conservas, utilizando culturas da própria fazenda, como o marmelo, abacaxi, goiaba,



Década de 1940: pátio de transbordo da cana dos caminhões para os vagões da ferrovia  
(Foto de João Rachetti, cedida por um depoente)

tomate; fábrica de sabonete. Em 1937, foram lançados no mercado os “Produtos Amália”. Para abastecer a fábrica de papelão, se implantou a plantação de eucalipto.

Para completar estas informações serão tecidas algumas reflexões acerca da arquitetura espacial do conjunto da Fazenda Amália, além do palacete.

Já foi dito anteriormente que a Fazenda Amália se tratava de um grande

complexo agroindustrial, pertencente ao conde Matarazzo, considerado, um dos homens mais ricos do país, cujo patrimônio fora herdado do pai e ampliado após a morte deste (Martins,1976). Para se obter uma idéia dessa imensa riqueza, em 1934, por ocasião da comemoração dos 80 anos de idade do velho conde, uma matéria no Diário da Noite, assinada por Assis Chateaubriand dizia o seguinte:

*“(...) Há um novo estado brasileiro (...). Quero falar do estado Matarazzo, que não se localiza felizmente só nas terras de Piratininga, pois que abrange a geografia econômica de quase todo o Brasil. Enquanto São Paulo tem uma renda bruta de 400 mil contos,...o parque das IRFM (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo) possui de receita bruta uma cifra que atinge o algarismo de 350 mil contos...”(Martins, p. 59-60).*

A Fazenda Amália, parte desta enorme riqueza, foi totalmente reestruturada pelo filho, tal como já foi mostrado. Além de sediar várias indústrias que aproveitavam a matéria-prima - como cana, eucalipto, bagaço da cana, frutas e legumes, produzidos no local -, possuía uma das maiores áreas plantadas em cana-de-açúcar do estado de São Paulo. Para a produção dessa enorme riqueza, milhares de trabalhadores eram alocados em muitas atividades: mecânicos, carpinteiros, pedreiros, encanadores, eletricitas, motoristas, operários das várias indústrias, serralheiros, tratoristas, carreteiros, trabalhadores rurais, lenhadores, serventes, médicos, enfermeiros, ferroviários, carregadores, pintores, zeladores, vigias, feitores, carregadores de sacaria, administradores, fiscais, soldadores, contadores, engenheiros, professores etc.

Esta multidão de trabalhadores estava distribuída pelas diferentes indústrias - papelão, ácido cítrico, conservas, sabonete, usina de açúcar, destilaria de álcool -, seções administrativas e 21 seções rurais, espalhadas pelos 11.000 alqueires da fazenda. Esta configuração imprime à Fazenda Amália um perfil totalmente diferenciado das demais fazendas do interior do estado de São Paulo, sem contar que a maioria delas se dedicava às atividades cafeeiras até os anos de 1950.

A gerência das seções rurais localizava-se na sede da fazenda, também chamada de Fazendinha, que representava o centro do poder e controle sobre as demais. A sede possuía uma arquitetura espacial diferenciada das demais, pois, aí residiam os funcionários mais qualificados da empresa, tais como o gerente, uma vez que ocupava um alto posto na hierarquia da organização do trabalho. Ao redor da sede (casa do gerente), havia as casas dos outros funcionários mais graduados da empresa, como, químicos, engenheiros, aqueles que exerciam cargos de confiança e chefia, escolas, cinema, hospital, igreja, supermercado, padaria, leiteria, farmácia e uma extensa área de lazer, contendo piscina, salão de baile, cube de campo, quadras esportivas etc. As casas amplas, com jardins, refletiam o alto posto ocupado por seus moradores. A sede se localizava numa área próxima à usina de açúcar e destilaria de álcool, a alguns quilômetros da cidade de Santa Rosa.

As demais seções estavam espalhadas pela extensa área da fazenda, encravadas no meio dos canais. Em cada uma delas havia as casas dos trabalhadores, do administrador, do fiscal, do feitor, uma farmácia e um armazém. Havia escolas nas seções. Entretanto, segundo alguns entrevistados, nem todas as seções as possuíam, fato que obrigava as crianças a irem a pé até a seção mais próxima, onde houvesse escola. O número de pessoas em cada seção variava. Segundo os processos judiciais e as informações, obtidas junto aos trabalhadores, havia em torno de 100 titulares por seção. As casas do pessoal responsável pela vigilância e controle situavam-se em locais mais distanciados das dos trabalhadores. Para cada conjunto de quatro ou cinco casas, havia um tanque comum para a lavagem da roupa. Os banheiros também obedeciam a esta distribuição. Nas seções, havia mais de uma colônia. Alguns relatos referem-se à inexistência de água encanada, o que obrigava a utilização d'água das minas, enquanto outros revelam o contrário. Da leitura dos processos, pôde-se notar que na seção Ravanelli, muitas casas eram de madeira, não possuindo energia elétrica e nem água encanada. Tudo leva a crer que nem todas as casas possuíam energia elétrica. No entanto, ainda segundo os depoimentos, havia uma diferenciação social entre os moradores das seções\*. Uma delas, habitada, somente por italianos, possuía um melhor nível. Do mesmo modo, esta diferenciação era evidente em relação a dos administradores e fiscais. Algumas fotos do Álbum de Fotografias também revelam estas condições, totalmente contrastantes com as da Sede da Fazenda. Este dado pode ser comprovado não somente pelos depoimentos como também pelas informações contidas nos processos analisados, referentes à dispensa de um administrador, que trabalhava há 61 anos na fazenda. Tendo recebido um recado da seção de Recursos Humanos da empresa, pelo qual, A. B., administrador da seção Boa Vista, deveria entregar o telefone e se mudar para uma das casas da seção Ravanelli, o Sr. A. B. moveu uma ação trabalhista contra a empresa, onde se lê:

*“O reclamante recebeu uma ordem para se mudar para a seção Ravanelli, ao que consta vai ser inteiramente demolida, sendo certo que parte das casas da mesma já o foram (sic) e outras casas ainda o serão, estando-se aguardando a saída dos respectivos moradores (...) que a casa tem mais ou menos seis cômodos, sendo de razoável tamanho, muito embora muito mal*

*feita; que a casa não tem alpendre; que a casa é mal feita porque os cômodos são mal distribuídos, havendo alguns em plano mais baixo ou mais alto do que os outros; que na colônia Ravanelli, havia casas de madeira que foram demolidas e que a casa que o reclamante deveria morar está situada no meio entre as casas de madeira e de tijolos, e que é uma casa 100% inferior àquela que o reclamante mora atualmente". (Proc. 62/69).*

As informações contidas no processo revelam que havia muitas desavenças entre estes vizinhos, resultando na tentativa de assassinato. Pela foto, se observam alguns pontos interessantes: as escadas em madeira, que davam acesso às moradias, e as portas, divididas ao meio, para evitar a entrada de animais domésticos, algo bastante comum, no meio rural.

O resgate dessas informações só se tornou possível graças ao emprego da história oral e à leitura dos processos, pois as casas das seções foram todas demolidas após a greve de 1966. Restam apenas aquelas situadas na sede da fazenda. Tais fragmentos permitem, ainda que, de maneira aproximada, a composição dos elementos do espaço da memória. Halbwachs (1990) chama a atenção para o quadro social da memória - família, igreja, escola, vizinhança -, e também para o espaço material, os objetos que exercem o papel alicerces para as lembranças. O espaço físico, a natureza são outros componentes das lembranças. A destruição do espaço físico e material provoca fendas irreparáveis na produção das lembranças, conduzindo ao processo de



Família extensa, apresentando várias gerações. Os trabalhadores eram contratados de acordo com o "contrato familiar", cujos títulos, em sua grande maioria, eram registrados no nome do pai. Os trabalhadores consideravam-se uma grande "irmandade". O depoente é o segundo da direita para a esquerda. Ao fundo, vista parcial das casas dos trabalhadores.

(Seção São Lourenço, Colônia Vermelha, final dos anos 1940, foto cedida pelo depoente)



desenraizamento. Os objetos, as casas, a natureza, representada, muitas vezes, pelo rio Pardo, constituíam o cenário da vida destes trabalhadores. Sem eles, o cenário desaparece, restando apenas nas lembranças daqueles que ali viveram.

Grosso modo, pode-se dizer que a distribuição dos milhares de trabalhadores pelas seções tinha os seguintes objetivos:

- evitar a grande concentração espacial e social de milhares de trabalhadores. O isolamento físico constituía-se também no isolamento social. Os trabalhadores de cada seção ficavam confinados nelas. Havia uma sorte de fixação da força de trabalho no eito dos canaviais e nas seções. Os depoimentos revelam que os contatos com os trabalhadores de outras seções resumiam-se às ocasiões dos jogos de futebol. O tempo que possuíam era o tempo de trabalho, pois não tinham direito às férias, e, muitas vezes, trabalhavam aos domingos e feriados. Tudo dependia das ordens dos administradores, das cotas de cana a serem enviadas à usina. Por isso, durante a safra não tinham um horário determinado para terminar a jornada, a qual se prolongava até a noite, principalmente, para os carreteiros, os carregadores dos feixes, os maquinistas. Os carreteiros eram aqueles que trabalhavam com carros de bois. A cana crua era cortada e lançada ao chão, amarrada, em número de dez ou mais, sob a forma de feixe, com o próprio palmito, ou seja, a ponta da cana. Nesta operação, participava toda a família do titular. As crianças pequenas amarravam a cana, atividade, considerada leve. Em seguida, os carregadores, geralmente os homens, transportavam os feixes até os carros de bois. Estes, por sua vez, transportavam a mercadoria até os vagões, que possuíam gavetas, para o depósito da cana. Quando todas as gavetas eram preenchidas, a carga era transportada pelas linhas férreas, que cortavam os canaviais, até a usina. Não havia depósito, toda cana que chegava, era imediatamente moída. Isto impunha um ritmo acelerado e contínuo ao corte, uma vez que após o início do funcionamento, a usina não podia parar sob riscos incalculáveis causados às diferentes fases do processo de fabricação do açúcar e álcool. Nesta operação, havia também os engatadores, aqueles que engatavam os carros de bois; mais tarde, foram utilizados tratores. Então, o processo era assim: os feixes eram levados até os carreadores e depositados nos carros de bois, que a levavam, em seguida, até um determinado ponto, onde se encontravam os tratores. Aí os carros de bois eram engatados nos tratores, que a conduziam até os vagões.

- facilitar o transporte até o local de trabalho para diminuir os gastos, pois os trabalhadores iam a pé. Muitos afirmam que caminhavam descalços, porque não possuíam calçados, e somente muito mais tarde, conseguiram comprar alpargatas. Lembram das rachaduras que provocavam sangramento nos pés, em razão das geadas e do frio intenso durante o inverno.

- o isolamento físico-social destes trabalhadores tinha dois corolários: o enfraquecimento dos laços sociais e da ação política; diminuição das possibilidades de reivindicação, principalmente no tocante às condições de trabalho, formas de pagamento, e assim por diante.
- este isolamento permitia a segmentação racial /étnica do trabalho. Na seção dos italianos não habitavam trabalhadores negros, geralmente provenientes de vários municípios de Minas Gerais e até mesmo da Bahia.
- os trabalhadores tinham o direito de cultivar um pequeno pomar com frutas, mandioca e horta. Os demais produtos necessários à subsistência eram adquiridos no armazém, por intermédio da ordem, emitida pelo administrador, conforme já foi mostrado acima. Esta forma de salário, além de intensificar a exploração - uma vez que os trabalhadores não sabiam o quanto recebiam porque tudo dependia da avaliação dos administradores -, escamoteava o trabalho das mulheres e crianças e até mesmo dos filhos adultos, dado que todos eram inseridos na categoria dos dependentes, portanto dos não titulares. Os relatos são unânimes em revelar que as necessidades de sobrevivência durante o mês eram aquém do permitido pela ordem. Em decorrência deste fato, criava-se a dívida, forma de atrelar os trabalhadores à fazenda. Esta situação guarda fortes semelhanças com as formas de servidão por dívida, ainda existentes em várias regiões do país. Ao invés de guardas armados e de regiões longínquas, o cenário era o interior do estado de São Paulo com administradores e fiscais. A frequência das situações de endividamento produziu as expressões, bastante comuns entre esta população - anoiteceu e não amanheceu -, numa clara alusão à fuga, durante a noite, daqueles que não conseguiam pagar as dívidas.

A história oral permitiu o recontar de uma história de poucos sobreviventes, que habitavam no mundo perdido das seções da Fazenda Amália, muito longe do palacete, com seus jardins, obras de arte, carruagens antigas, porcelanas e móveis, trazidos por seus proprietários, de várias partes do mundo. O avesso de uma história experimentada por aqueles, que até hoje, passados mais de 30 anos, não conseguem entender porque foram obrigados a sair da Amália.

## **O exílio dos moradores e a negação do patrimônio**

*E as casas que eles desmancharam? Desmancharam aquela casa chique, a casa deles, na sede. Era bonita. Eles não tinham casa ruim. Era tudo boa. Eles faziam para os moradores. Só na Seção (...) mas não era tão ruim também. Mas na sede, eram umas casas, um estouro. Desmanchou tudo. Foi tudo desmanchado (Maria Arcanjo).*

*“Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível recuperar o passado, se ele não se conservasse, com*

*feito no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”. (Halbwachs, 1990, p. 143, grifos nossos).*

As reflexões deste autor são de extrema importância para a compreensão da realidade dos trabalhadores rurais, expulsos do campo e transformados em moradores das periferias das cidades. Como foi dito acima, houve um processo de desenraizamento cultural, em virtude da perda dos substratos materiais para o alojamento das manifestações culturais após a greve de 1966, que, segundo foi analisado em outro texto (Silva, 2008), tratou-se de uma verdadeira armadilha, encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Aproveitando-se da proibição de greve pelos governos da ditadura militar, a empresa utilizando-se deste artifício institucional, iniciou a expulsão de 4.000 famílias. Muitos se dirigiram às periferias da cidade de Santa Rosa de Viterbo, São Simão, enquanto outros foram para as cidades de Leme e Barrinha, na condição de bóias-frias. Outros, ainda, moveram processos trabalhistas contra a empresa e permaneceram nas casas, muito embora sem a condição de trabalhar. Em virtude da lentidão da justiça, muitos desistiram das ações, enquanto outros resistiram e esperaram por até cinco anos, trabalhando temporariamente na condição de “escondidos”, sem registro ou com nomes falsos, já que os empreiteiros tinham a relação de todos os que foram expulsos da fazenda. Muitos sobreviveram graças à solidariedade de parentes e conhecidos, embora os relatos de fome tenham sido muito frequentes.

Ao serem expulsos da fazenda, houve não somente a negação das condições de reprodução alimentar como também das relações sociais, da sociabilidade assentada no lugar, enquanto espaço de vida, de memória social e individual e também do patrimônio material e imaterial. A destruição das casas e das hortas se conjugou a destruição das bases do patrimônio cultural como locus essencial onde as memórias e as identidades adquirem materialidade.

*“(...) quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos” (PELEGRINI, 2007, p.97).*

Segundo Benjamin (1985) a experiência seria o acúmulo dos elementos vividos durante toda vida do indivíduo. Tais elementos referem-se aos valores culturais, às representações sociais contidas nos símbolos, nas imagens, como também às relações materiais de vida. A nosso ver, não há, nesta reflexão uma clivagem entre o mundo real e o irreal. Ambos mesclam-se, entrecruzam-se, formando uma simbiose, que nada mais é do que a realidade, isto é um real que inclui o mundo imaginário. Neste ponto, podem-se acrescentar as reflexões de outros autores a fim de aprofundar tais afirmativas:

*“Os homens e mulheres também retornam como sujeitos,(...) não como sujeitos autônomos, indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida „tratam “essa experiência em sua consciência e sua cultura.. das mais complexas maneiras... e em seguida ... agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”. (THOMPSON, 1981, p. 182).*

*“(...) a sociedade existe sob duas formas inseparáveis: por um lado as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos etc., por outro lado, as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos (e que eu chamo de habitus). O corpo socializado (..) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência (...) o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais” (BOURDIEU, 1983, p. 24).*

As reflexões acima nos ajudam a compreender dois pontos essenciais: a história enquanto processo, isto é, além das condições objetivas ou estruturais, há as ações dos indivíduos. Portanto, existe uma relação estreita entre indivíduo e sociedade, de um lado, e de outro, há que se considerar as diferentes maneiras com que cada indivíduo “trata”, elabora os elementos incorporados pela sociedade.

Ao reconstruírem suas histórias singulares, homens e mulheres fazem uma verdadeira viagem de volta a situações distantes da sua memória, retirando da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade, emoções, simbolismo, frutos não de uma mera descrição do passado, mas de sua recriação e revificação. Dispõem de suas próprias histórias e daquelas relatadas por outras que deixaram marcas em suas memórias. É neste momento que as memórias individuais entrecruzam com a memória social, coletiva. Por intermédio da pesquisa realizada, ficou claro que os relatos constituem-se em fragmentos significativos para o esboço das cenografias da memória.

A afirmativa da negação do patrimônio negado não deve ser interpretada linearmente. As reflexões acima mostram que há um entrelaçamento entre memória, patrimônio e identidade, segundo as estruturas objetivas nas quais se inserem os sujeitos sociais. Duas situações encontradas pela investigação revelam que a conservação do patrimônio imaterial se constitui num processo de disputa e resistência da identidade individual e coletiva.

Muito embora tenha havido o solapamento das bases materiais da memória e da cultura, foi possível observar a recriação, ainda que fragmentada, de parte do patrimônio imaterial em Leme e em Barrinha, por meio da Folia de Reis. No caso de Leme, os integrantes da Folia, na sua grande maioria, eram provenientes da Fazenda Amália, como foi dito acima. Com o passar dos anos, muitos dos antigos membros faleceram, enquanto outros foram sendo incorporados. É preciso lembrar que esta tradição é transmitida de pai para filho. Portanto, seu enfraquecimento palatino deve-se ao fato dos mais jovens, cada vez mais, irem aderindo à cultura de massas urbanas. As entrevistas com os antigos foliões revelam que os mais jovens não se interessavam pela tradição

e, em virtude do alcoolismo, muitos dos mais velhos abandonaram a Folia de Reis. Esta mesma situação foi encontrada em Barrinha. No entanto, o sentido da festa de Reis é o mesmo de antes: ela existe em função das promessas feitas aos Santos para a obtenção de uma graça. Este fato está manifesto na Bandeira da Folia, que se apresenta repleta de roupas de crianças, de chupetas, de laços de fitas, de fios de cabelos, de fotografias de pessoas cujas graças foram alcançadas. Este simbolismo é representativo da recriação contínua dessa tradição, apesar das mudanças havidas. Outro ponto em comum refere-se ao fato dos donativos para a festa serem provenientes tanto da área urbana quanto da área rural. Isto significa que os integrantes da Folia ainda percorriam os dois espaços, embora o espaço urbano cada vez mais fosse o predominante, tendo em vista as poucas pessoas que ainda viviam no espaço rural.

Ademais deste fato, foram registrados vários depoimentos de ex-moradores sobre o palacete da fazenda Amália. Além de se constituir no complexo agroindustrial, descrito acima, Amália tinha uma característica impar, no interior do Estado de São Paulo, e por se tratar de uma fazenda: a construção do palacete, residência ocasional da família Matarazzo<sup>7</sup>.

*“Um carinho todo especial foi dedicado à construção da nova sede e ao planejamento dos jardins, dos quais, ele nunca deixou de cuidar. Trabalhava com grandes rolos de papel, plantas da Amália, abertos em cima da mesa, imaginando como renovar os jardins. **Queria criar uma***



Década de 1950: Palacete da Fazenda Amália  
(Foto cedida pela Fundação Cultural de Santa Rosa de Viterbo, SP)

<sup>7</sup> Pelas fotos e relatos de alguns depoentes, que trabalharam no palacete, ele abriga uma importantíssima coleção de obras de arte, um museu com as carruagens que pertenceram ao conde, móveis trazidos de várias partes do mundo e outros objetos de extrema riqueza e requinte.

*ilha de sonho, onde pensava repousar e até morar, recebendo os filhos em harmonia. Amália era a “sua” casa. Aí ele gostava de receber os amigos e personalidades. O “Livro de Amália”, caderno onde os visitantes costumavam escrever suas impressões sobre a fazenda, tem autógrafos de figuras como Nelson Rockefeller, Juscelino Kubitschek, Dom Pedro de Orleans e Bragança e muitos outros amigos”. (p. 83, grifos meus M. A. M S).*

O palacete constituiu-se, vis-à-vis a população da pequena cidade de Santa Rosa de Viterbo, uma espécie de fantasia, de conto de fadas. Sobre ele, os trabalhadores rurais emitem representações sobre algo ilusório, fantástico, irreal. Na realidade, apesar de estar localizado no mesmo espaço geográfico, o palacete, projetado por arquitetos italianos, enquadrava-se no modelo dos castelos de nobres europeus, encravado no seio de uma Fazenda canavieira, com milhares de trabalhadores espalhados pelas 21 seções, em relações de trabalho próximas da servidão, conforme os relatos. Pouquíssimos foram aqueles que viram realmente o palacete e, os que o fizeram, foi na condição de empregados (como cozinheiras, passadeiras, copeiros, etc.). Ademais, a circulação pelo interior das dezenas de cômodos era restrita às tarefas executadas. Assim, segundo o depoimento de uma mulher que desempenhou as funções de passadeira, ela jamais saiu da lavanderia. No que tange aos trabalhadores espalhados pelos 11.000 alqueires de terra, ficavam confinados às seções, pois, o tempo que tinham era o tempo de trabalho, controlado pelo badalar dos sinos, às 05 horas da manhã, quando eram despertados e às 21 horas, quando eram obrigados a se recolher.

Não tinham direito às férias e, por ocasião das safras, trabalhavam aos domingos e feriados, e, às vezes à noite, conforme muitos relatos. O trabalho excessivo atingia a todos os membros da família dos titulares (geralmente era o homem, chefe da família, que recebia o título, ou seja, o único que era registrado; os filhos e mulher eram os dependentes). Não recebiam salário em dinheiro; o pagamento era efetuado sob a forma de vale, denominado “ordem”, mediante o qual os trabalhadores eram obrigados a gastar no armazém situado na sede da própria seção. Além do armazém, em cada seção havia uma farmácia. Segundo os depoimentos, todos os produtos necessários à subsistência eram adquiridos na própria fazenda. Pode-se dizer que na realidade eram consumidores dos produtos Matarazzo, produzidos pelas mais de 350 fábricas deste grupo empresarial, situadas no interior do estado de São Paulo, na cidade de São Paulo e em muitos outros estados do país.

As percepções dos trabalhadores são muitas, além de heterogêneas, sobre o palacete e a família Matarazzo, principalmente o conde, a condessa Mariângela e alguns de seus filhos. A riqueza dos relatos, aliada à multiplicidade das percepções, permite uma análise centrada nas temáticas de gênero, trabalho, classe social, poder simbólico e imaginário. O conceito de quadro social da memória, de M. Halbwachs (1990) é importante para a compreensão da constituição da memória social, cujo processo se rompeu no momento do exílio dos trabalhadores. Todavia, o quadro social é atravessado pelas contradições de classe, gênero e raça/etnia. Assim sendo, o caráter múltiplo do sujeito define as diferentes representações sociais.



Portão monumental de acesso à área privativa da sede da Fazenda Amália. A estrada de terra, a partir dele, é percorrida exclusivamente pela família Matarazzo e conduz ao palacete. Este local é vigiado por seguranças e o acesso é proibido a estranhos.  
(Foto de M. A. M. Silva)

O palacete - distante, ocultado pelas árvores frondosas dos imensos jardins, possuindo uma única via de acesso - a estrada privada em terra batida, cercada por belíssimas árvores, traçada a partir do portão, ladeado por dois leões em bronze, no final de uma rua da cidade de Santa Rosa de Viterbo -, constitui-se no ponto importante para análise da memória destes trabalhadores, pelas seguintes razões: o palacete representa o poder

simbólico dos patrões, assentado na extrema riqueza, luxo e ostentação. O fato de ser invisível aos olhos dos trabalhadores lhes suscitava um conjunto de representações impregnadas de percepções dos mundos real/irreal. Embora no mesmo espaço físico, o palacete situava-se, ao mesmo tempo, em outro espaço social. Isto acabava conferindo-lhe outra dimensão do tempo. Outro tempo, diferente daquele dos trabalhadores. Este aspecto parece ser evidente por ocasião da chegada da família Matarazzo e dos convidados. A notícia era veiculada por intermédio da rádio, com data e horários marcados. Imediatamente, todos os chefes de seções administrativas, responsáveis pela vigilância e controle e administradores das seções rurais eram avisados, sem contar os empregados do palacete. Este acontecimento chegava ao conhecimento dos habitantes da cidade, quando os inúmeros carros da comitiva dos proprietários, visitantes e dos seguranças atravessavam as ruas a fim de adentrar a estrada do palacete. Este era o momento para as especulações sobre as pessoas que estavam no palacete, sobre a duração da estada, sobre os passeios a cavalo ou em carruagens por alguns lugares da fazenda, sobre as festas, e, assim por diante. Em razão do caráter de dominação pessoal do conde, todos sabiam que ele poderia aparecer nas diferentes repartições e seções para acompanhar de perto os trabalhos e avaliar o desempenho dos responsáveis pela vigilância, controle da produção e dos trabalhadores. Portanto, tratava-se de dois tempos: para a família e seus hóspedes, era o tempo do lazer e do descanso. Para os trabalhadores era o tempo da continuação do trabalho cotidiano, acrescido a um conjunto de tarefas, impostas pela gerência, a fim de não causar nenhum descontentamento ao conde. Muitos relatos confirmam que era necessário varrer a estrada do palacete a fim de que não houvesse nenhuma folha seca, quando da passagem do conde. Todos os instrumentos de trabalho em desuso ou enferrujados eram escondidos para evitar possíveis agravos do conde aos administradores. Tudo tinha que estar na sua mais perfeita ordem, pois todos conheciam o

temperamento do conde: pessoa séria, de pouca conversa, que não admitia erros. Seus lemas, herdados do pai, eram Fides (Fidelidade), Honor (Honra) e Labor (Trabalho).

Com o passar dos anos, o conde, em razão de problemas da visão, passou a enxergar pouco, o que lhe obrigava o uso de uma bengala. Uma das trabalhadoras da fábrica de doces chegou a afirmar que numa das visitas à fábrica, ele chegou a experimentar o doce, colocando a ponta da bengala no recipiente onde estava sendo preparado. Segundo ela, naquele momento, ela sentiu muito medo da reação do conde, temendo que ele lhe desfechasse um golpe com a bengala. Esta informação, aparentemente banal, alia-se a outra, pela qual, os trabalhadores das seções eram obrigados a se esconder no momento da passagem do conde pelas estradas, próximas ao local onde estavam trabalhando. Entretanto, afirmam os trabalhadores que nunca o viram de perto e sim de longe, pois, ao se esconderem no meio dos canaviais, procuravam vê-lo, entre as folhas da cana. Alguns disseram que muitas vezes, ele estava acompanhado de seguranças e de outras pessoas, possivelmente visitantes.

Esta imagem do conde, vista à distância, portanto inacessível, é confirmada pelo seguinte fato: durante uma missa celebrada na sede da fazenda, onde estavam presentes alguns trabalhadores, todos ficaram surpresos diante da atitude de um “pretinho”, que ao terminar a missa, se dirigiu ao conde e à condessa, presentes ao ato religioso, estendendo-lhes a mão para dizer-lhes adeus (cumprimento). Muitos confirmaram a presença do conde e da condessa durante as festas de comemoração do final da safra. Neste momento, eram oferecidos prêmios aos melhores cortadores de cana. A celebração da missa, os filmes assistidos pela família Matarazzo no cinema “Don Juanico”, ocupando o camarote na parte superior, na sede da fazenda, fazem parte das lembranças de muitos trabalhadores, sobretudo dos que moravam na sede da fazenda. Os demais, aqueles que residiam nas seções, localizadas a vários quilômetros de distância, apenas ouviam dizer sobre estes fatos, sem jamais os haverem presenciado. Do Álbum de Fotografias, constam as cópias das fotos do cinema, de algumas casas de funcionários da sede e do clube de campo, produzidas, por ocasião da pesquisa de campo. A grande maioria das casas achava-se desocupada. O cinema fora desativado, restando apenas a construção, símbolo de uma época que existiu e, que, agora só existe na memória dos que viveram em Amália e eram seus frequentadores<sup>8</sup>.

A marca da dominação pessoal aparece com diferentes matizes na memória dos trabalhadores. Pode-se dizer que as lembranças assumem a forma de um caleidoscópio, ou seja, uma combinação de impressões e sensações cambiantes, produzidas e reproduzidas ao longo de

---

<sup>8</sup> É interessante observar a mudança de comportamento em relação às mulheres. Enquanto a condessa considerava o marido “sua grande sombra, sob a qual se protegia”, e não tinha participação nos negócios da empresa, a filha herda, pela decisão do pai, o controle do grupo. Ela é escolhida por ele como sua sucessora, tal como aparece no livro Matarazzo 100 anos. Os motivos dessa preferência, evidentemente, não são explicitados nesta obra que relata a história do grupo Matarazzo e do grande império empresarial construído ao longo de 100 anos, de 1882 a 1982. É uma obra que se constitui numa espécie de história oficial da empresa, destacando as figuras dos dois condes, o pai e o filho.





Década de 1950: Palacete da Fazenda Amália  
(Foto cedida pela Fundação Cultural de Santa Rosa de Viterbo, SP)

muitas décadas, incrustando-se na experiência de cada um e de todos. Os depoimentos orais permitiram a emergência desta outra memória, desta memória subterrânea (Pollak, 1992) extraída da experiência individual e social. Experiências de um mundo vivido, onde o simbólico mistura-se ao imaginário, imprimindo formas diversas ao real.

Gaston Bachelard (1993) mostra que as memórias se apresentam repletas de simbolismos impregnados nos objetos e também nas experiências vividas. Assim, as narrativas apontam para uma espécie de impregnação da “alma nas coisas” (Douglas, 2007). As representações sociais do palacete fazem parte da memória daqueles que, embora nunca o houvesse visto, sentem-se parte dele. São memórias que restituem a “alma nas coisas”, situando os sujeitos no mundo outrora vivido mediante o trabalho da memória, fortalecendo, assim, os vínculos com o lugar de pertença lócus da identidade. A expulsão das casas foi, sobretudo, caracterizada pela violência simbólica, na medida em que a base material da memória, da pertença, do patrimônio fora solapada. Aliás, esta prática ocorrera em muitas outras grandes fazendas paulistas (Caires, 2008; Prado, 2010). A destruição do objeto, portanto da casa, fora uma maneira encontrada pelos grandes fazendeiros de extirpar a “alma” do lugar. As periferias das pequenas cidades, para onde se destinaram, eram o não-lugar (SILVA, 1999) Alguns conseguiram levar os tijolos da casa destruída e reconstruí-la na cidade (caso de Santa Rosa de Viterbo). Outros conservaram os restos da cultura (caso da Folia de Reis), agora transformada em folclore. Outros, mediante o trabalho da memória (Bosi, 1994), recriam o espaço social do mundo de antes por meio de uma mescla de simbolismos que apagam as assimetrias, o trabalho servil e as dificuldades encontradas após a expulsão. As imagens do palacete da família do conde aparecem como suas, havendo, portanto, uma transgressão da ordem constituída. A memória é como já foi dito um elemento constituinte da identidade.

*“(…) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p.2004, grifos do autor).*

Acredita-se que as reflexões acima, ancoradas na pesquisa sobre a expulsão de trabalhadores rurais de uma dos mais importantes complexos agroindustriais do país no período de 1950 a 1980, são importantes para a compreensão do patrimônio que ora se faz no presente seminário internacional, Patrimônio Agroindustrial. Considerando o patrimônio como historicamente

constituído, portanto inserido em relações de disputas assentadas em interesses de classes sociais antagônicas, conclui-se que os trabalhadores rurais brasileiros foram sucessivamente, ao longo dos anos, após o fim da escravidão, submetidos a altos níveis de exploração da força de trabalho, de expropriação cultural e também da negação da constituição patrimonial.

Sem embargo a existência dos debates atuais acerca da visão etnocêntrica e elitista da conceituação do patrimônio (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005), na medida em que aparece o “outro”, isto é o invisível, o descartado das políticas de patrimonialização, considera-se que os trabalhadores rurais não foram ainda chamados para compor este debate. Assim sendo, gostaria de agradecer esta oportunidade de estar trazendo para esta mesa um “outro” sujeito, cujo trabalho sustentou a enorme riqueza produzida pelas fazendas, ora patrimonializadas, do estado de São Paulo. A revelação de suas memórias, até então mantidas nos subterrâneos, é uma forma, como afirmou W. Benjamin, de escovar a história a contrapelo, e, assim, contribuir para a edificação de outros patrimônios materiais e imateriais ocultados pelas relações de poder vigentes na agroindústria paulista. Enfim, deixo a pergunta para o debate: para que e para quem serve o patrimônio?

## **Referências bibliográficas**

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAIRES, A. C. R. O colonato na usina Tamoio. IN: NEVES, D, P.; SILVA, M. A. M. (Orgs). **Formas tuteladas da condição camponesa**. São Paulo: Edunesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008, p.163-184.

DOUGLAS, M. O mundo dos bens, vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jl./dez, 2007, p. 17-32.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARTINS, J. S. **Conde Matarazzo. Empresário e empresa**. São Paulo: Hucitec, 1976.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**. UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 3, n1, 2007, p. 95-109.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, M. L. **Usinas, colônias e família: as trajetórias de gerações nas usinas de açúcar.** Qualificação de doutorado apresentada no PPG/Sociologia, UFSCar, 2010.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Edunesp, 1999.

SILVA, M. A. M. Greve na fazenda. IN: NEVES, D, P.; SILVA, M. A. M. (Orgs). **Formas tuteladas da condição camponesa.** São Paulo: Edunesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008, p.207-232.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M. F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005, p. 37-50.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria. Ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.